



MEMÓRIAS DO SUBSOLO OU O ENGAÑO DA RAZÃO

DIAS, André
(Universidade Federal Fluminense/
Rio de Janeiro)¹

RESUMO: Este ensaio se constitui em uma leitura crítica da novela *Memórias do subsolo*, de Dostoiévski, a partir da perspectiva da Análise do Discurso, buscando refletir sobre o caráter dialógico da narrativa que, ao subverter a ordem do sentido consagrado de memórias, rompe com um determinado modelo e, se não instaura um novo, pelo menos pluraliza seu entendimento. O enfoque apresentado possibilita também a construção de considerações sobre os limites da razão burguesa e o papel do desejo dentro do tecido social e seus desdobramentos para os indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; memórias; identidade; razão e desejo.

ABSTRACT: This essay constitutes a critical reading of the Dostoevsky's novel *Notes from underground* from the perspective of Discourse Analysis. It aims at reflecting on dialogical character of the narrative that, on subverting the order of what is understood by memoirs, breaks up with a certain model and, if a new one is not established, at least it brings new meanings to the genre. The presented focus also authorizes the construction of considerations on the limits of the bourgeois reason and the role of the desire within the social tissue and its implications for the individuals.

KEY-WORDS: Literature; memoirs; identity; reason and desire.

PARA COMEÇO DE CONVERSA

Ler Dostoiévski é, e sempre será, um desafio. Quem se aproxima de sua literatura deve, antes de tudo, ter a clareza que não se está diante de um autor cuja obra vem para abrandar os corações ou saciar o ímpeto de felicidade e beleza. Não, este não é Dostoiévski e tampouco sua produção literária busca apresentar respostas ou saídas simplificadoras. Ao contrário, sua inteligência instiga, questiona, provoca seus leitores, impõe-nos o imperativo de sair do lugar, mudar, caminhar por veredas irregulares, trilhas escondidas, labirintos, alçapões, vãos existenciais, até que cheguemos ao fundo do poço de nossa humanidade para que, lá, possamos

perceber que no mesmo espaço podem coexistir o lodo, a lama e a fonte que ora se apresenta cristalina, ora insalubre.

Sem me cercar de certezas redutoras, muito menos de procedimentos acadêmicos aprisionadores, valho-me fundamentalmente da Literatura – em particular do universo dostoiévskiano – para que, através dela, eu me transfigure em Raskónikov, Aliena Ivánovna, Marmieládov, Kiríllov, Chigalióv, a empregada Lukéria, a dócil, seu marido – através de quem conheceremos a senhora e a serviçal –, o homem ridículo – que, em seu sonho, cria e destrói um outro mundo possível –, o autor-narrador das *Notas de inverno sobre impressões de verão* e, finalmente, o homem do subsolo, que nos leva a desconfiar de todas as certezas, sobretudo das nossas. Ao aceitar o desafio de ser muitos, mesmo sendo um só, o que me move é o inconformismo do desejo – que pulsa insatisfeito – de também recontar a vida nas suas múltiplas possibilidades, mas sempre a partir do diálogo com o outro, a fim de se construir uma possível visão diferente, sempre provisória, instável e sujeita a mudanças constantes, como tudo o que há neste nosso precário e inquietante mundo.

Todo discurso, seja oral ou escrito na areia, na pedra, no papel, na tela de um computador ou em qualquer outro suporte, representa o esforço de seu autor em expor suas idéias com relação a determinado objeto ou objetos de forma clara, simples – sem ser simplista – e precisa. Todavia, o discurso ideal desejado esbarra constantemente nos limites históricos, sociais, culturais e cronológicos, além, é claro, da dificuldade de dar conta de um extenso objeto de análise – como é o caso, aqui, do mundo dostoiévskiano – em um ensaio apenas. Diante das questões enumeradas, esclareço que o presente texto é fruto das inquietações geradas, sobretudo, durante a leitura da obra *Memórias do subsolo*. Por isso, a partir dos próximos parágrafos, apresentarei os resultados dessa incursão em uma obra que, ao mesmo tempo, atrai, estimula, mas também exaure a ponto de, em muitos momentos, pensarmos em interromper sua trajetória. Estabelece-se, dessa maneira, uma relação dialógica em que desejo e repulsa se encontram na pavimentação do caminho a ser percorrido durante os atos de leitura.

A NARRATIVA E SUA ARQUITETURA

Novela escrita entre janeiro e maio de 1864 e publicada originalmente na revista *Epokha*, de propriedade do autor e de seu irmão. Esse texto, em uma linha temporal, antecede a fase dos denominados grandes romances de Dostoiévski, como, por exemplo, *Crime e castigo* (1866), *O idiota* (1868) e *Os demônios* (1871), sem que seja caracterizado como uma obra insipiente ou imatura; ao contrário, sua vocação já era para a polêmica e a provocação.

O autor provoca seus leitores desde o título até as idéias apresentadas na história por seu narrador filósofo, “anti-herói” e paradoxal. Importante perceber que a obra recebe o título de *Memórias do subsolo*, e está organizada em duas partes: a primeira com onze capítulos, e a segunda com dez, perfazendo um total de vinte e um capítulos. Todavia, em uma nota introdutória, nosso escritor dá algumas pistas do que iremos encontrar nas páginas seguintes: “No primeiro trecho [...] o próprio personagem se apresenta, expõe seus pontos de vista [...]. No trecho seguinte, [...] já se encontrarão realmente suas ‘memórias’[...]” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 63). Essa nota revela um princípio paradoxal que não se restringiu apenas à sua personagem, mas alcançou o próprio autor que, ao subverter a ordem do sentido consagrado de memórias, rompe com um determinado tipo de modelo e, se não instaura um novo, pelo menos pluraliza seu entendimento.

A primeira parte do texto, em que o narrador expressa sua visão de mundo, seus valores, seus questionamentos, angústias e aflições, ainda não é exatamente aquilo que conhecemos como memórias. No entanto, também não podemos deixar de considerá-la como tal, uma vez que ali encontramos o registro, o histórico, os mecanismos a partir dos quais o narrador faria a mediação de sua existência com o mundo ao seu redor. Ou seja, o que se tem ao longo dos onze capítulos que se seguem são, respectivamente, a topografia, a arquitetura, o plano geral da mente de um sujeito aparentemente singular, em muitos momentos desencantado, infeliz, vil, “doente e desagradável”. Na realidade, poderíamos designar essa primeira parte como *memórias das teses*. Sim, é exatamente isso que temos ali: um narrador que rememora e reafirma para si suas posições frente à existência, diante do mundo e que para nós, leitores, esquadrinha sua natureza, suas crenças, seus valores, para que assim tentemos compreender seus comportamentos relatados na segunda parte da novela.

Na segunda parte da novela, temos o que tradicionalmente conhecemos como memórias, um sujeito que narra fatos acontecidos em sua vida ou que presenciou ao longo dela. No conjunto dos dez capítulos que compõem a segunda e última parte das *Memórias do subsolo*, testemunhamos os relatos de uma série de eventos que, separadamente, poderiam ser considerados apenas o inventário da vida de um sujeito esquisito, rancoroso, obsessivo, perverso e inadequado ao mundo que o rodeia. Porém, quando olhados em conjunto, os mesmos eventos adquirem a função de referendar, como uma espécie de síntese da prática de suas teses apresentadas e defendidas na primeira parte da obra.

Há, entre as várias situações relatadas, pelo menos um ponto em comum: a sensação de que o narrador vive todo o tempo em um turbilhão que o sorve completamente, conduzindo sua vida sempre para um imenso desalinho. Para com-

prendermos melhor, basta observarmos, por exemplo, suas relações no trabalho, que vai do total desprezo pelos colegas – “[...] na repartição forçava-me a não olhar para ninguém...” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 103) –, passando pelo rancor – “Está claro que eu odiava todos os funcionários da nossa repartição, do primeiro ao último, e desprezava-os a todos...” (p. 104) –, até chegar à experiência da mais profunda solidão que o torturava a ponto de massacrá-lo – “torturava-me então [...] o fato de que ninguém se parecesse comigo e eu não fosse parecido com ninguém. Eu sou sozinho e eles são todos...” (p. 105).

A consciência do desamparo que acompanhava nosso homem do subsolo perturbava tanto seu ânimo que, invariavelmente, o anti-herói se lançava em uma gama de experiências abjetas. Basta lembrarmos de sua passagem pela pequena taberna onde ocorria uma violenta briga que faria qualquer sujeito comum se afastar daquele local; mas nosso homem, não: para ele, importava o extraordinário, ainda que este viesse travestido das práticas mais estapafúrdias, como a de ser jogado pela janela. Contudo, esse episódio vai lançá-lo em uma teia obsessiva de perseguição a um oficial que, naquela ocasião, também presenciara o conflito e, ao sair do local, removeu o narrador do caminho, sem sequer considerar sua presença ali. Isso levou o narrador a julgar-se preterido e inferiorizado, iniciando, assim, uma perseguição implacável, ainda que à distância, a fim de fazer justiça e livrá-lo de tamanha humilhação, segundo seu entendimento. Durante o período de vigiância, nas várias tentativas abortadas de “ajustar as contas” com aquele cavalheiro, o sentimento constante era o de inadequação à vida e ao mundo: “Era o cúmulo do suplício, uma humilhação incessante e insuportável, [...] eu era uma mosca perante todo aquele mundo, mosca vil e desnecessária [...]” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 113). O caso é encerrado quase da mesma maneira como iniciara, com um encontrão na rua, sem que o oficial novamente notasse sua presença, mas, o importante era que ele conseguira “enfrentar” – ainda que simbolicamente – de frente seu desafeto e saía com a sensação de dever cumprindo: “[...] eu atingira meu objetivo, mantivera a dignidade, não cedera nem um passo, e, publicamente, me colocara ao nível dele, do ponto de vista social. Voltei para casa vingado de tudo.” (p. 116).

E será novamente a solidão a força motora a movê-lo em outra experiência de abandono e humilhação: “[...] numa quinta-feira, não suportando mais a minha solidão, [...] lembrei-me de Símonov [...]” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 120). Ao visitar o antigo companheiro dos tempos de escola, lá encontra outros dois contemporâneos, Fierfitchkin e Trudoliubov, que, em companhia do primeiro, planejavam um jantar de despedida para Zvierkov, amigo de ambos da mesma época. Em uma ação inesperada que surpreende os três cavalheiros ali reunidos, nosso anti-herói insiste em

participar da ceia em homenagem àquele que partiria, mesmo a contragosto, dos demais. O que se seguiria ao longo do jantar, e após ele, reputo como sendo um dos episódios mais emblemáticos da convulsão existencial de uma personagem da literatura a que pude “presenciar” em anos de experiência como leitor.

Por trás de um simulacro de polidez, dois mundos antagônicos se encontravam e tentavam se aniquilar, mesmo sendo quase como irmãos siameses. De um lado, entre a falsa tolerância travestida de cordialidade e civilidade, estavam os “homens decentes”, representados pelos quatro companheiros: “Zvierkov entrou na frente do grupo, evidentemente como chefe. [...] de modo algum esperava um tom tão condescendente, tão altamente polido” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 131). De outro, aquele que em raros momentos buscava o convívio social, e, quando o fazia, reafirmava para si sua condição de fora da ordem, inadequado e inconformado com a realidade que o envolvia: “Meu Deus, será que isto é lugar para mim?!, pensava. [...] Os cretinos estão pensando que me fizeram uma honra dando-me um lugar à mesa, mas não compreendem que eu que lhes concedo essa honra!” (p. 135).

Mesmo diante do rosário de humilhações em que se transforma o jantar, nosso homem do subsolo parecia gozar de uma espécie de prazer mórbido de viver além do limite da rejeição, como um habitante solitário de um mundo povoado por fantasmas fantasiados de seres humanos. A experiência do degredo social, de certa forma, o redimia e reafirmava sua qualidade de ser um sujeito extraordinário, que, por meio do pensamento, ponderava, analisava e concluía que a marca essencial do seu tempo e do mundo ao seu redor era a da mediocridade uniformizadora das mentes e corações. O drama que vive nosso personagem – que, aqui, denominei de convulsão existencial – é o de ter consciência em um universo que se supõe regido pela razão, mas que não consegue ir além da ilusão das certezas.

O encontro de nosso personagem com a jovem Liza no prostíbulo – eufemisticamente chamado de “loja de moda” – e seu posterior reencontro em sua casa poderiam sugerir que estamos diante de um sujeito que sofre de um grave distúrbio de personalidade. No entanto, não vejo a questão dessa forma exatamente; antes de dialogar com a jovem, o anti-herói fala consigo mesmo por intermédio dela – veja se, ao descrevê-la, o narrador também não fala de si: “De repente vi, a meu lado, dois olhos abertos que me examinavam curiosa e fixamente. O olhar era frio, indiferente, taciturno, muito estranho; dava uma sensação penosa.” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 146) – como se esta fosse um espelho que refletisse a possibilidade dele construir uma outra auto-imagem. Pois todo aquele discurso sobre a regeneração humana proferido no bordel poderia funcionar, antes de tudo, como sua senha de acesso ao mundo da “normalidade”, ao convívio social “sadio”, à vida de esperança na mudança do ser

humano, ou seja, a sua própria transformação a partir da inserção na ordem social vigente, a qual sempre questionou e desconfiava.

O esforço feito não para “salvar” Liza, mas sim para tentar se redimir através dela, levava o homem do subsolo à exaustão emocional e física: “Estava esgotado, esmagado, perplexo. Mas, por trás da perplexidade, brilhava já a verdade. Uma verdade ignóbil!” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 163). Tanto esforço para retornar ao início da partida, qual seja, a conclusão de que não há saída para o ser humano. Para o anti-herói, enquanto a humanidade se deixar convencer por discursos excessivamente românticos, que maquiam a realidade, vendendo promessas de sonhos sem fim e felicidade duradoura, seremos todos manipulados, enganados e enovelhados por aqueles que detêm o poder, ainda que seja o do discurso, como foi seu caso em relação à jovem prostituta: “Como foram poucas, tão poucas, [...] as palavras necessárias, quão pouco idílio (e idílio falso, livresco, inventado), para revirar no mesmo instante toda alma humana ao jeito que se queria.” (p. 167).

A decepção, a vergonha, a humilhação e a ofensa sofridas por Liza durante diálogo travado com o anti-herói em sua casa não foram prerrogativas exclusivas dela: afinal de contas, estamos diante de uma narrativa dialógica. A agrura da jovem em relação à fé no que nosso homem havia propagado, com seu discurso inicial no prostíbulo, e o choque da ruptura seguramente deixaram marcas profundas em seu ser, mas, de certa maneira, podemos considerá-las episódicas, uma vez que, depois do derradeiro encontro, em que suas esperanças foram esmigalhadas, ambos nunca mais tornaram a se ver. Já a dor do homem do subsolo será sempre infinita em função de sua consciência da incapacidade de mudar a si e seu universo particular. E é exatamente a dolorosa experiência vivenciada por Liza, provocada por ele, que o faz compreender plenamente a sua condição existencial de infeliz: “Ela compreendera de tudo aquilo justamente [...] que eu mesmo era infeliz. A expressão de susto e de dignidade cedeu a princípio, em seu semblante, a uma perplexidade amargurada.” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 179).

Antes de finalizar este tópico do ensaio, considero relevante destacar também o caráter da engenhosidade paradoxal de Dostoiévski na arquitetura de sua obra. O episódio do encontro de Liza com o homem do subsolo é exemplar na ilustração dessa afirmativa, pois o autor cria uma personagem perturbada e coloca em sua boca todo um discurso de questionamento dos modelos de felicidade burguesa, que lança a semente da dúvida na crença da razão absoluta. O grandioso disso tudo é que o velho mestre vai fustigar a racionalidade através de uma personagem que, aparentemente, não opera dentro desse preceito. No entanto, sua razão se mostrará mais certa e concreta do que aquela propagada pela média das pes-

soas, que crêem reger suas vidas por princípios lógicos que, no fundo, vão se mostrar alienantes, pois criam todo um conjunto de regras sociais que têm como princípio fundamental conter as demandas individuais dos sujeitos, favorecendo, assim, a filiação “voluntária” do indivíduo em um corpo social homogeneizador, que exclui todo aquele que não for capaz de se enquadrar dentro de seu modelo.

O ENGANO DO RACIONALISMO

Retomando a primeira parte da novela, aquela que defini como *memórias das teses*, encontramos nosso homem esmiuçando o subsolo de onde proferiria seu incômodo discurso. Sua enunciação é gerada no rancor, na dor da inadequação, desenvolve-se nas camadas invisíveis da sociedade e nasce da opção de um indivíduo por tudo o que está abaixo do rés-do-chão, pois apenas deste lugar seria possível desafinar o coro dos contentes, não se conformar com os preceitos sociais estabelecidos. Dessa forma, transforma-se em “[...] um homem doente [...] Um homem mau. Um homem desagradável” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 65), sobretudo pelo fato de se recusar a afagar a ordem em vigor, contestando-a visceralmente através de sua visão particular e perturbadora da vida e do mundo.

O próprio Dostoiévski, de certa forma, tinha vivenciado a experiência de ser “um homem desagradável” na sociedade de seu tempo, em função, por exemplo, de sua participação no círculo Petratchévski (grupo de socialistas utópicos que se reunia em São Petersburgo). Tal fato custou sua condenação à morte, em 1849, sob a acusação de conspiração contra o regime czarista, mas a pena foi comutada, minutos antes de ser cumprida, em prisão e trabalhos forçados na Sibéria por um período de quatro anos. Essa experiência marcante leva o mestre a escrever *Recordações da casa dos mortos* em 1855 e seguramente o acompanha pelo resto de seus dias sobre a terra.

Em *Memórias do subsolo*, novamente o grande escritor vai mostrar sua independência e sua capacidade de polemizar com os setores mais distintos da sociedade russa de sua época. De um lado, a narrativa pode ser considerada uma crítica firme ao pensamento ocidentalista presente na Rússia de então, e representado por vários artigos publicados na imprensa em defesa feroz de uma concepção social racionalista, advinda de uma mentalidade positivista que clamava pela assimilação irrestrita aos princípios econômicos burgueses. De outro, o escritor mantém uma posição livre em relação aos eslavófilos (que defendiam veementemente as raízes ortodoxas autocráticas), sem perder de vista a preocupação com o seu povo, mas sempre procurando lançar um olhar de estranhamento para a nação e sua gente. Por isso, Dostoiévski, na obra em destaque, desenha uma sociedade excessivamente bu-

rocratizada, onde cada indivíduo não pode se desvincular do estamento a que pertence, revelando, assim, um pouco de como se compunha o tecido social de sua pátria.

Voltemos o olhar agora novamente para o nosso anti-herói, a fim de perceber que a opção por falar a partir do subsolo não se dá ao acaso: antes, é fruto de uma atitude consolidada na clareza do engano no qual está inscrita a tradição da sociedade, especialmente a ocidental, de supor que é guiada pela racionalidade de natureza quase aritmética. Ao falar do subsolo, nosso homem propõe uma nova maneira de encarar o mundo, seus valores e suas “verdades”, o que acaba por favorecer a construção de uma crítica pertinente ao primado da razão absoluta. No entanto, o que se apresenta como dialético e dramático dentro dessa experiência é o fato de que a razão será questionada, contraposta e combatida através da consciência, que é fruto de uma atitude racional diante da existência e da vida, o que leva a personagem a se convencer “[...] que não só uma dose muito grande de consciência, mas qualquer consciência, é uma doença” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 68). Ao classificar a consciência como doença, o narrador expõe a delicada relação dos seres humanos com o conhecimento que, de um lado, pode libertar os indivíduos das prisões interiores ou exteriores, mas de outro, pode jogá-los nas masmorras das certezas inabaláveis que estão sempre mais próximas dos dogmas do que do livre pensamento.

O homem que julga agir todo o tempo segundo uma lógica racional se engana ao pensar assim, porque não há como fugir de certos desígnios impostos pelo desejo e pelo imponderável presentes na vida de todos os seres humanos. Porém, o padrão assumido pela média dos considerados “homens normais” da sociedade é aquele que pauta suas ações segundo as regras da razão, criando, assim, a ilusão tola da normalidade, balizada por esses procedimentos, o que leva nosso filósofo a questionar: “[...] mas talvez o homem normal deva mesmo ser um estúpido, sabeis?” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 71). A estupidez de que nos fala nosso anti-herói consiste, aqui, na incapacidade da maior parte dos indivíduos de duvidar da certeza racionalista que se apóia em fatos presentes na natureza, que podem reduzir a existência a uma operação aritmética da qual não se pode fugir e “[...] nada há a fazer, porque dois e dois são quatro, é matemática” (p. 74). O fatalismo que essa sentença encerra nega toda a possibilidade do sujeito ser de fato livre, pois suprime o desejo que nos inspira e nos faz caminhar em busca do desconhecido, do novo que assusta, mas também seduz ao abrir novas possibilidades existenciais que não podem ser assimiladas apenas pela razão.

A ciência e a razão não humanizaram tanto os sujeitos quanto nos querem fazer crer os racionalistas – tanto os do passado como os do presente –, e a idéia de civilização, tal qual a conhecemos, carrega consigo inevitavelmente a mar-

ca da contradição. Os conquistadores espanhóis, os portugueses, a “santa” Igreja, Mussolini, Hitler, Stalin, Idi Amin Dadá – o carrasco de Uganda –, George W. Bush, Saddam Hussein e tantos outros falavam e falam em nome da civilização, mas, na prática, lançaram e têm lançado a humanidade nas mais nefastas cruzadas ao longo de sua história. Dessa forma, falar de civilização é também narrar a barbárie, pois “[...] se o homem não se tornou mais sanguinário com a civilização, ficou com certeza sanguinário de modo pior. [...] hoje, embora consideremos o derramamento de sangue uma ignomínia, assim mesmo ocupamo-nos com essa ignomínia” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 84).

Para o bem ou para o mal, a racionalidade propagada tem-se mostrado muito mais uma ilusão fabricada do que um fato assimilado. É claro que, se olharmos o desenrolar da história da humanidade até o presente momento, perceberemos, por exemplo, muitos avanços nos campos social, econômico, tecnológico, cultural e político. Contudo, será que esses avanços têm alcançado igualmente a todos os povos sobre a terra? Podemos falar que os benefícios econômicos e tecnológicos têm sido distribuídos de forma justa entre as nações? A educação, a saúde e a cultura têm favorecido a aproximação ou o afastamento entre os seres humanos? A ciência e a racionalidade têm nos ensinado um caminho para a fraternidade ou para exclusão? Ao que parece, as experiências espalhadas por todo o globo terrestre, até aqui, têm se encarregado de responder negativamente a essas indagações e, a meu ver, enquanto individual e coletivamente não formos capazes de responder de forma positiva às questões apresentadas, não será possível propagar, estabelecer ou se ufanar de um suposto legado da razão.

Mesmo quando aqueles que assumem a racionalidade como princípio fundamental insistem em proclamar a vitória da civilização sobre a barbárie – apesar de percebermos alguma exatidão nesta afirmação –, ainda assim não podemos perder de vista o fato de que essa vitória tem sido parcial e excludente, daí a atualidade e a grandeza da fina ironia presente nas idéias do nosso filósofo do subsolo, que advertia para o fato de que, “[...] embora o homem já tenha aprendido por vezes a ver tudo com mais clareza do que na época bárbara, ainda está longe de ter-se acostumado a agir do modo que lhe é indicado pela razão e pelas ciências” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 85). Podemos considerar esse pensamento de nosso anti-herói a súplica de sua crítica – agora nossa também – ao engano racionalista, pois, exatamente ao contrário do que muitos supõem, temos sido regidos, na maior parte do tempo de nossas vidas, pelo desejo, pela emoção e não pela razão.

Astutamente, nosso narrador filósofo inquiri: “[...] que se há de fazer quando tudo estiver calculado numa tabela? [...] O que não se há de inventar por fastio!”

(DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 86). Com essas questões apresentadas pela personagem central da novela, Dostoiévski, além de polemizar com os grupos defensores da racionalidade absoluta de seu tempo, dá mostras inequívocas da capacidade visionária de seu pensamento. Suas obras nos chegam aos dias atuais com um vigor penetrante, incentivando-nos a duvidar das certezas pessoais e coletivas do tempo presente e também nos advertindo para o perigo da supervalorização da razão que banaliza os sentidos do desejo e da emoção, levando os indivíduos ao alheamento total em relação ao outro. Desqualifica-se, assim, o sujeito como ser moral por meio da atitude de não percebê-lo como um agente autônomo capaz de criar e partilhar idéias e experiências que podem aproximar os indivíduos, tornando-os de fato, seres humanos.

Uma resposta possível para o alheamento, um dos grandes males do nosso tempo, é-nos apresentada pelo homem do subsolo, que propõe: “[...] não seria melhor dar um pontapé em toda esta sensatez unicamente a fim de que todos esses logaritmos vão para o diabo, [...] porque o homem, seja ele quem for, sempre e em toda parte gostou de agir a seu bel-prazer...” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 86). Por mais que os grupos hegemônicos alardeiem, divulguem e tentem impor a razão como o exclusivo fiel da balança da humanidade, todo esse esforço encontrará pela frente, em maior ou menor escala, indivíduos indomáveis, que não aceitam a estreiteza da formulação única. Pois única é a existência que, mesmo assim, oferece-nos suas múltiplas possibilidades, caminhos diversos, sensações variadas e a incerteza como companheira. Por isso, quando nosso filósofo declara “O homem precisa unicamente de uma vontade independente, custe o que custar esta independência e leve aonde levar.” (p. 87), o que ele faz, de fato, é uma defesa destemida dos direitos individuais do ser humano, que, muitas das vezes, ao longo de nossa história, vêm sendo sistematicamente desrespeitados em nome da ordem, da harmonia, da civilidade e da paz; porém, não devemos nos esquecer da canção que nos adverte: “paz sem voz não é paz, é medo” (YUKA, 2001, p. 6).

Por mais que se tente negar ou mudar, o desejo e a emoção são inerentes ao ser humano. É por meio deles que o que há de sublime e grotesco em nós vai se manifestar mais intensamente, e a questão central não está nessas manifestações, mas sim no que fazemos com elas ou o que permitimos que façam conosco. Já a razão examina, avalia, represa até podar o que não é apresentável ou aceitável pela ordem social dominante e, em nome de uma suposta sensatez, desfere-se um golpe direto em uma das coisas mais preciosas a todo ser humano: sua capacidade de gozar o direito de escolher o seu próprio caminho, escrever sua história, dirigir seus passos nessa breve aventura chamada existência. Tentar catalogar, padronizar ou estabelecer regras para o desejo é o mesmo que diminuí-lo, mutilá-lo ou até extingui-lo definiti-

vamente, e a consequência desse processo é a reificação do ser humano, como bem expressa o homem do subsolo em sua indagação: “Que prazer se pode ter em desejar segundo uma tabela? Mais ainda: no mesmo instante, o homem se transformará num pedal de órgão; [...] pois, que é o homem sem desejos, sem vontades nem caprichos senão um pedal de órgão?” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 87).

No afã de zelar pelo primado da razão total, os grupos hegemônicos impõem a catalogação do desejo e do prazer, porém restam as perguntas: Qual o tempo da alegria? Quando será o tempo da delicadeza? E o tempo de amar é para quando? Basta que façamos uma breve análise em apenas um dia na vida de um sujeito comum para que percebamos a urgência das questões aqui postas. Vejamos: em geral, acordamos mais cedo do que desejamos, entregamos no mínimo de oito a dez horas de nosso dia a um patrão que espolia nossa força de trabalho e ainda nos paga a quem do que merecemos; depois, nas conduções lotadas ou nos engarrafamentos intermináveis, nos perdemos de nós mesmos e nos confundimos com a rude paisagem que cerca o caminho de ir e vir de todo dia. Em casa, ao invés do descanso, as exigências domésticas. Por fim, são legadas ao prazer de amar – quando são legadas – as migalhas do fim do dia, após o cumprimento de todo esse ritual, e alguns ainda se consideram honestos privilegiados. Francamente, com essa cara de absurdo que a vida toma, somente pedindo auxílio às reflexões de nosso filósofo do subsolo: “[...] a razão, meus senhores, é coisa boa, não há dúvida, mas a razão é só a razão e satisfaz apenas a capacidade racional do homem, enquanto o ato de querer constitui a manifestação de toda a vida [...]” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 89).

Aqueles que se aliam às idéias racionalistas amiúde supõem que a satisfação advinda da razão reside no fato de ela ser a chave mestra a ligar toda a ação criadora dos indivíduos. Contudo, atentemos para a observação do nosso anti-herói: “O homem gosta de criar [...]. Mas por que ama também [...] a destruição e o caos? [...] Não amará ele a tal ponto a destruição e o caos [...] porque teme instintivamente atingir o objetivo e concluir o edifício em construção?” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 93). A idéia apresentada pode parecer contraditória, mas, ao analisarmos detidamente, percebemos que o seu teor expressa, na realidade, a dialética da construção e da destruição presentes na existência humana, que tem menos relação com a razão e está mais próxima do desejo. As descobertas, os avanços e as transformações, antes de serem racionalizadas, nascem no desejo do homem de ir além, de ultrapassar os limites de seu tempo, de se perpetuar e reafirmar para si e para os que o cercam a sua natureza humana. Ao mesmo tempo, esse mesmo desejo revela algo fundamental sobre nós: a descoberta de que a alegria está não na chegada, tampouco na saída, mas que ela habita sempre o caminho, daí

a necessidade constante de construir e “destruir”, para tornar a construir algo sempre novo, às vezes, assustador, mas, na maioria das vezes, instigante.

O caminho trilhado até aqui, seguindo os passos do homem do subsolo, possibilita a percepção de que Dostoiévski, através de seu narrador-personagem, não apenas debate com seu tempo, como também dialoga com o passado que forjou a mentalidade positivista dominante no século XIX. A nós, leitores do século XXI, cabe a tarefa de promover o diálogo entre as múltiplas vozes que gravitam em torno da obra. Dessa forma, reconheço, como leitor de meu tempo, que *Memórias do subsolo* possui um caráter saborosamente transgressor porque sua arquitetura e conteúdo vão propor uma inversão de ponto de vista com relação ao olhar hegemônico de então, que residia na monumentalização, por exemplo, do pensamento legado por Descartes no século XVII – ainda fortemente presente na sociedade russa do século XIX –, representado pela máxima: “penso, logo existo”, que expressava bem as potencialidades de uma filosofia útil, beirando o utilitarismo.

Próximo de finalizar a primeira parte de suas memórias, nossa personagem pergunta a si mesmo, mas sempre na expectativa da dimensão do diálogo com o outro, que será seu leitor: “[...] para que, em suma, quero eu escrever?” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 100). Embora nosso anti-herói tenha afirmado em dado momento que escrevia tão somente para si, sem se preocupar com futuros leitores, ele traz consigo presente a imagem de leitores que seriam capazes, supostamente, de vigiar e controlar sua escrita. Além disso, afirma que: “[...] é possível que as anotações me tragam realmente um alívio” (p. 100). Quanto a mim, afirmo que escrevo para resistir, exatamente isto, resistir. Neste momento em que me lanço à finalização desta parte do ensaio, tudo o que até aqui ficou registrado e o que ainda virá se justifica pelo desejo de não capitular diante da tônica dominante do meu tempo, representada pela lógica do cinismo, que se liga ao ceticismo para, assim, formarem o binômio capaz de tornar os indivíduos indiferentes a qualquer possibilidade de construção de um mundo mais fraterno, em que a aproximação, a convivência e respeito pelo outro e por si mesmo não sejam apenas conceitos difusos e distantes da realidade da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O HOMEM SEM NOME OU UMA IDENTIDADE UNIVERSAL?

Ao finalizar a caminhada pelas *Memórias do subsolo*, um fato que, inicialmente, não geraria maiores repercussões, despertou minha atenção. Ao longo da leitura da novela, somos impelidos a desbravar passo a passo o universo exterior que nossa personagem habitou ou transitou: a repartição pública, as vias principais e as menos nobres, o restaurante, o bar sujo, o prostíbulo, enfim, seu recolhimento no subsolo que

se transformara sua casa. Também passamos a conhecer seu universo mental atormentado pela clareza de suas idéias, a dor gerada por elas, o desencanto da excessiva lucidez e a desconfiança permanente com relação à ordem estabelecida e o mundo ao seu redor. Porém, há uma única coisa que em momento algum nos é dado conhecer. Em nenhuma das páginas que compõem a narrativa, nem o narrador, nem nenhuma outra personagem nos fornece uma informação simples, mas de grande importância, ninguém dentro ou fora da narrativa nos informa o nome do homem do subsolo.

O que para alguns poderia parecer um mero detalhe “técnico”, um simples preciosismo, a meu ver, vai se revelar como algo emblemático, se considerarmos que o nome é um dos primeiros e mais importantes traços de distinção entre os indivíduos, algo que marca nossa identidade, o elemento que pode chegar antes de nós e também pode permanecer a despeito de nossa ausência. Desde que o homem é homem, um dos seus principais esforços tem sido o de perpetuar seu nome através das marcas deixadas ao longo do tempo sobre a face da terra. Invariavelmente, propagamos que pessoas têm nome e não números, que a identidade do sujeito começa com seu nome e não com os números inscritos em sua cédula de identificação, que a cidadania tem início com o registro do nome e do sobrenome na certidão de nascimento.

Ao que parece, na novela, essa questão da identidade será, para os menos atentos, apenas um detalhe sem grande importância. Uma vez que passamos a conhecer tanto desse homem, e chegamos mesmo a nos sentir íntimos dele, como se conversássemos diariamente à mesa de um café ou na noite insone de um botequim, saber seu nome não faria grande diferença. Não encaro a questão dessa maneira: a falta de um nome definido poderia, por exemplo, nos levar a supor que estamos diante de alguém que precisa esconder alguma coisa ou que estamos diante de alguém entregue à própria sorte e fadado ao completo desaparecimento social. Entretanto, também não acho que essas perspectivas respondam de forma satisfatória ao problema.

A ausência de um nome específico, no caso dessa novela, vai nos remeter para o caráter da identidade universal que nosso anti-herói vai adquirir. O homem do subsolo, em maior ou menor escala, sou eu, é você, é ele, ela, todos nós com nossas camadas visíveis e a porção até aqui guardada, trancada, escondida, muitas vezes rejeitada, porém sempre vibrante e pronta a irromper com a força das águas represadas que, inevitavelmente, seguirão seus cursos tão logo abramos as páginas da narrativa e nos encontremos com as vozes que habitam o subsolo de nossa existência.

“Mas chega; não quero mais escrever do subsolo [...]” (DOSTOIÉVSKI, 1992, p. 186). Com essa sentença, a novela está praticamente encerrada e nós, leitores, saímos exaustos, perplexos e com nossas certezas abaladas depois de mergulharmos naquela que, talvez, seja a obra dostoiévskiana mais questionadora

dos valores da chamada razão burguesa. O desgaste provocado pela leitura proporcionou a renovação da convicção de que é na mudança, na não acomodação, no inconformismo, na dúvida, no questionamento e na ação de sair do lugar convencionalmente selecionado para habitarmos que surge a possibilidade da reafirmação do caráter humano existente em cada um de nós. Quando nos acomodamos em um espaço específico e restrito, vivemos uma vida menor, e mesmo que estejamos cercados de toda fartura material, isso ainda não será suficiente para responder às nossas questões mais profundas, nem conseguirá nos fazer mais felizes ou pacificados com nós mesmos e com o mundo ao nosso redor.

NOTAS

- ¹ Professor de Teoria da Literatura da Universidade Federal Fluminense e doutorando em Literatura Comparada pela mesma instituição.

REFERÊNCIAS

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. Trad. Boris Schinaiderman. São Paulo: Editora Paulicéia, 1992.

_____. (1866). *Crime e castigo*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. (1868) *O idiota*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. (1871) *Os demônios*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. (1855) *Recordações da casa dos mortos*. Trad. Nicolai S. Peticov. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

YUKA, Marcelo. Minha alma: a paz que eu não quero. In: *O Rappa: lado A, lado B*. Rio de Janeiro: Warner – WEA, Faixa 06, 2001.